



ACÓRDÃO Nº1065/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10949/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francisco Grana da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 363/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2018, do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara – IMTT/ITA, de responsabilidade do **Sr. Francisco Grana da Silva**, Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara – IMTT/ITA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao **Sr. Francisco Grana da Silva**, Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara – IMTT/ITA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em



ACÓRDÃO Nº1065/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Não encaminhamento de todos os documentos exigidos nos inciso I ao XLVI da Resolução nº. 04/2016 – TCE/AM;
- 10.3.2.-** Não atendimento às disposições exigidas na Lei nº. 12.527/2011 – Acesso às Informações Públicas (Portal da Transparência);
- 10.3.3.** Não recolhimento dos saldos das consignações registradas no Demonstrativo da Dívida Flutuante, Anexo 17, considerando que tais obrigações devem ser pagas dentro de um ano, e não existe saldo financeiro para esta quitação.
- 10.3.4.** Ausência de controle de Almoxarifado funcionando de forma ineficiente, pois o controle de materiais registra apenas a saída de objetos, não atualizando o saldo de material remanescente, em descumprimento com o princípio da eficiência (artigo 37 da CF/88) e artigos 94, 95, 96 da Lei 4.320/64.
- 10.3.5.** Ausência do Inventário dos Bens Patrimoniais existentes na Prefeitura Municipal, como também a inexistência de um departamento e/ou servidor responsável pela guarda dos Bens Patrimoniais, descumprindo o previsto no artigo 94, 95 e 96 da Lei n. 4.320/64.
- 10.3.6.** Justificar a ausência de procedimentos que visem a adequada apuração de valores inadimplentes junto ao IMTT e sua correspondente inscrição em dívida ativa, em descumprimento aos ditames do art. 39 da Lei nº 4.320/1964.
- 10.3.7.** Ausência do Parecer Jurídico devidamente assinado, conforme determina o art. 38, inciso VI da Lei nº 8.666/93.
- 10.3.8.** Ausência de atesto de recebimento de material, em desacordo com o que dispõe o (Art. 63, § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/64).
- 10.3.9.** Ausência dos Relatórios de Viagens dos servidores.



ACÓRDÃO Nº1065/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Novembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral